



CONEDU
Congresso Nacional de Educação
18 a 20 de Setembro de 2014

O MODELO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA PROPOSTO PELA REVOLUÇÃO FRANCESA E SUA RELAÇÃO COM O FORTALECIMENTO DO CAPITALISMO

João Paulo de Oliveira¹

(IFRN – Campus Mossoró - joao.oliveira@ifrn.edu.br)

Ilane Ferreira Cavalcante²

(IFRN – Campus EAD - ilane.cavalcanti@ifrn.edu.br)

Magnolia Maria da Rocha Melo³

(IFRN – Campus Mossoró - magnolia.rocha@ifrn.edu.br)

Cybelle Dutra da Silva⁴

(IFRN – Campus Natal-Central – cybelledutrasilva@gmail.com)

INTRODUÇÃO

A escola é o lugar onde convivemos com uma diversidade de pessoas e o segundo ambiente que todos nós, possivelmente, freqüentamos após a nossa casa. Assim, é o local onde estabelecemos relações sendo, naturalmente, um espaço de representatividade social que se estende além do seu espaço físico. O conhecimento sistematizado que temos acesso na escola diferencia-se do conhecimento de mundo porque aquele deve complementar a formação do cidadão e dar as condições intelectuais para a transformação de sua vida.

A educação é uma necessidade inquestionável e sua presença nas nossas vidas é um importante mecanismo de socialização dos conhecimentos humanos. Com isso, ela se torna um instrumento capaz de garantir a sobrevivência da espécie, a continuidade das conquistas das gerações e a emancipação do ser humano. No entanto, a educação pública, enquanto responsabilidade do Estado, também pode funcionar como um forte instrumento para potencializar o sistema capitalista e, conseqüentemente, acentuar a divisão de classes. No desafio de refletir sobre o papel da escola na sociedade, o presente artigo, tem como objetivo discutir o modelo de educação pública que emergiu

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Profa. de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN (Campus EAD) e professora do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP do IFRN (Campus Natal-Central).

² Especialista em Educação Profissional pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP do IFRN. Assistente em Administração do IFRN – Campus Mossoró.

³ Mestre em Serviço Social pela UFRN. Assistente social do IFRN – Campus Mossoró.

⁴ Especialista em Ecologia e Meio Ambiente pela FAFIRE. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional - PPGEP do IFRN



no século XVIII durante a Revolução Francesa e como ele contribuiu para o fortalecimento do capitalismo.

2 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, realizamos uma pesquisa bibliográfica embasados em Enguita (1989), Rodríguez (2010) e Souza, Ferreira e Barros (2009).

3 O MODELO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REVOLUÇÃO FRANCESA

No início do século XVII a França se subdividia em três estados: o clero, a nobreza e o povo. Os dois primeiros estados concentravam a maior parte da riqueza da sociedade, gerando assim, profundas desigualdades, pois no terceiro estado se concentrava o maior número de cidadãos. A insatisfação com a cobrança de impostos e a situação miserável em que se encontrava a população, levou à tomada do poder por parte do povo. Iniciou-se a Revolução Francesa e nesse movimento emerge a burguesia que, ao tomar o poder exigiu que “[...] a educação fosse voltada para todos os homens, passando a ser um *direito* desses, deixando de ser apenas *privilégio* de classe.” (SOUZA, FERREIRA e BARROS, 2009, p. 490, grifo dos autores).

No entanto, o objetivo da burguesia era garantir a democracia burguesa. Para tanto, precisava proporcionar uma educação que possibilitasse a participação do cidadão, mas ao mesmo tempo o preparasse para mantê-lo como servo do regime capitalista. Acerca da educação pública instituída pela burguesia durante a Revolução Francesa, Enguita (1989) acrescenta que:

Os pensadores da burguesia em ascensão recitaram durante um longo tempo a ladainha da educação para o povo. Por um lado, necessitavam recorrer a ela para preparar ou garantir seu poder, para reduzir o da igreja e, em geral, para conseguir a aceitação da nova ordem. Por outro, entretanto, temiam as consequências de ilustrar demasiadamente aqueles que, a fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, por isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis. (p. 110)



O texto do Relatório e Projeto de Decreto sobre organização geral da instrução pública apresentado, em 1792, por Condorcet⁵ à Assembléia Legislativa, durante a Revolução Francesa, propunha dois tipos de instrução pública: as massas deveriam ter uma formação básica e a instrução avançada seria destinada apenas a alguns indivíduos da sociedade. (RODRÍGUEZ, 2010, p. 70). Portanto, a escola estatal tinha como objetivo formar súditos para atender às demandas do Estado e garantir a manutenção dos novos meios de produção.

A burguesia havia chegado ao poder através de uma sangrenta revolução contra o Antigo Regime francês. No entanto, algumas mudanças esperadas pelos demais constituintes do antigo terceiro estado não se materializaram. A burguesia participou ativamente de todo o processo que levou à queda do rei Luiz XVI e, conseqüentemente, ela conhecia, com propriedade, os elementos usados para garantir o sucesso de uma revolução, bem como os mecanismos necessários para conter uma possível revolta da classe operária em um movimento de “contrarrevolução”.

Após 10 anos de muitas lutas, divergências e mortes, iniciou-se uma nova fase da história da humanidade. A consolidação de uma incipiente forma de produção, caracterizada, essencialmente pelo acúmulo de riquezas, aumento da produção e exploração da mão de obra humana. Estava extinto, definitivamente, o regime de trocas de mercadorias do sistema feudal e iniciado o sistema capitalista. Dadas as desigualdades intrínsecas a esta forma de exploração, a classe opressora, protagonista do limiar de um “novo tempo” começava a enfrentar muitas crises sociais, em virtude da insatisfação da classe oprimida. Com a experiência adquirida, a burguesia sabia que não podia continuar resolvendo tudo à base da força armada e precisava lançar mão de estratégias mais pacíficas para fazer a contrarrevolução que consistia na dominação da classe oprimida através do poderio econômico. Dessa forma, a luta continuaria, não mais no campo de batalha, mas dentro da estrutura organizacional do comércio impulsionado pelo capitalismo. Surgiu assim, a necessidade de implantar um modelo de educação pública que atendesse aos interesses da burguesia

⁵Condorcet (1743 – 1794) foi o filho mais velho de uma família nobre. Apoiou a Revolução Francesa e foi Ministro da Assembléia Legislativa Revolucionária. Defendia a reforma da educação e elaborou um plano para financiar as escolas públicas. Apoiou os jacobinos radicais, foi preso e morto no cárcere. (RODRÍGUEZ, 2010). Segundo Enguita (1989), Condorcet foi timidamente partidário não apresentando claramente uma posição favorável à educação universal.



(detentora do poder) e oferecesse ao cidadão uma formação capaz de evitar a formação de conflitos contra os domínios da expansão capitalista.

Segundo Rodriguez (2010), durante a Revolução Francesa “[...] foram concebidas novas ideias educacionais e se travaram debates [...] sobre o papel do Estado e o conceito de educação pública.” (p. 68). Com isso, a burguesia revolucionária tinha em suas mãos a munição para ganhar a guerra através da educação e perpetuar-se no poder até os dias de hoje. Para tanto, o Estado toma para si a responsabilidade de institucionalizar a escola pública, define suas diretrizes e implanta um modelo de educação pública capaz de garantir a hegemonia da classe dominante. O cidadão passa a receber uma formação que, atende primeiramente, aos interesses da burguesia e nem percebe a ideologia constante da mesma, já que o discurso introjetado pela burguesia é a oferta de uma educação pública e de qualidade que atenda aos interesses pessoais e melhore as condições de vida da classe proletária. Segundo Souza, Ferreira e Barros (2010),

Essa escola seria um caminho a ser trilhado pelos indivíduos, porém, não como opção ou escolha de cada um, mas como um instrumento político que formaria o homem moderno. Uma escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, em que cada indivíduo seria educado e instruído de acordo com a “moral burguesa laica”, ou seja, para viver nessa nova sociedade. (p. 492)

Conforme podemos observar, o modelo de escola pública proposto pela burguesia da Revolução Francesa funcionava como um instrumento de fortalecimento do sistema capitalista, regulamentado e mantido pelo Estado para manter de forma pacífica a ordem burguesa.

4 CONCLUSÃO

Com o término do feudalismo e a ascensão do sistema capitalista, a educação sofre uma nova reestruturação, visto que ela passa a ser um elemento de fundamental importância à consolidação do novo modelo econômico.

A nossa análise sobre o modelo de educação pública que surge na Revolução Francesa, nos permite concluir que o desmantelamento da educação pública moderna tem profundas raízes nos propósitos dos ideais burgueses do século XVIII. O modelo proposto tinha como discurso o fim dos privilégios educacionais do clero e da nobreza,



bem como a oferta de uma educação pública para todos os cidadãos. Mas, o que houve foi uma apropriação pela burguesia da máquina estatal para atender aos seus interesses com o pomposo discurso da educação para todos, fortalecendo assim, o capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGUITA, Mariano Fernández: **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**, tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. **A origem da escola moderna: o legado de Condorcet**. Acta Scientiarum.:Education, Maringá, v. 32, n. 1, p.67-74, 2010. Trimestral. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/download/9771/5882>> Acesso em: 20 mar. 2014.

SOUZA, Paulo Rogério de; FERREIRA, Magda Maria de Marchi; BARROS, Marta Silene Ferreira. **História da educação pública como instrumento da formação burguesa**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2009, p. 488-498. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2475_1142.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2014.
